

A DOCÊNCIA COMO PRESSUPOSTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIENTÍFICO SOB O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO:

Uma análise da universidade.

*TEACHING AS AN ASSUMPTION OF SOCIAL AND SCIENTIFIC DEVELOPMENT UNDER
THE PERSPECTIVE OF THE HISTORIOGRAPHY OF EDUCATION:*

An analysis of the university.

Larissa Moreira da Costa¹

Terezinha Oliveira Oliveira²

Bruna Castelhana de Oliviera³

Conceição Solange Bution Perin⁴

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo tecer uma reflexão histórica acerca do desenvolvimento da universidade medieval, sobretudo, a universidade do século XIII, a fim de examinar o papel do professor nesse período e refletir como ele pode participar do desenvolvimento social e científico do educando. Nosso estudo tem como base a história social e o princípio de longa duração. Para isso analisaremos obras de autores que se dedicam ao estudo da história da educação como Verger, com as obras *Universidades e escolas medievais do final do século XI ao século XV* (1998) e *Os professores* (1996), estudos que tratam da origem da Universidade na Europa e da importância dos professores nesta instituição. Além desta obra, utilizaremos Alberto de Boni *A universidade Medieval Saber e poder* (2002) e a *A entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval* (2010), nas quais ressalta-se a importância das traduções de obras clássicas para o desenvolvimento das instituições universitárias. Considerando a relevância do conhecimento que a Universidade trouxe para o século XIII e a ideia de longa duração, torna-se necessário mencionarmos autores como Grabmann (1949) e Oliveira (2005) que examinam como os mestres desta instituição, em especial Tomás de Aquino, levavam os discentes ao desenvolvimento social e científico.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Docência. Conhecimento

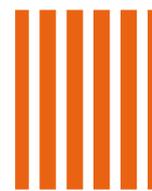
ABSTRACT: This work aims to reflect historically on the development of the medieval university, especially in the thirteenth century, to examine the role of the teachers in this period and reflect on how they were able to participate in the social and scientific development of the student. Our study

¹ Licenciada em Filosofia pela Puc-Pr e Pedagogia em pela Universidade Estadual de Maringá. Mestranda em História da Educação pelo Programa de Educação da Universidade Estadual de Maringá.

² Pós-doutorado em História e Filosofia da Educação pela Faculdade de Educação da USP. Bolsista produtividade CNPq/1C. Professora Titular da Universidade Estadual de Maringá.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

⁴ Pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá e Estágio na Universidade de Salamanca. Professora doutora em Educação, Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/campus de Paranavaí- Professora do Programa de Pós-graduação – PPE- UEM. Universidade Estadual de Maringá.



is based on social history and the principle of long duration. For this analysis, we will use works by authors who are dedicated to the study of the history of education, such as *Universidades e escolas medievais do final do século XI ao século XV* (1998) and *Os professores* (1996), studies by Verger on the origin of the University in Europe and the importance of professors in this institution. In addition to these works, we will use Alberto de Boni's *A universidade Medieval Saber e poder* (2002) and the *A entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval* (2010), in which the importance of translations of classical works for the development of university institutions is highlighted. Considering the relevance of the knowledge that the University brought to the 13th century and the idea of long duration, it is necessary to mention authors such as Oliveira (2005) and Grabmann (1949), who examine how the masters of this institution, especially Thomas of Aquinas, led students to social and scientific development.

KEYWORDS: University. Teaching. Knowledge

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo, baseando-nos no processo do desenvolvimento do ensino medieval, sobretudo, o da universidade do século XIII, refletir acerca do papel do professor medieval, destacando como a docência pode influenciar o desenvolvimento social e científico.

Para tratarmos desse tema, entendemos ser necessário considerar o desenvolvimento das escolas e das universidades. Assim, desenvolvemos o trabalho baseados na ideia de longa duração em três partes: desenvolvimento das escolas, o surgimento da Universidades e assim a importância do professor no século XIII, nas universidades.

Pautar-nos-emos, para tanto, em Verger (1998). De acordo com esse autor, as universidades originaram-se da ampliação das escolas no século XII, pois, nesse período, com um marcante desenvolvimento social, econômico e intelectual, houve a possibilidade da criação de uma rede de ensino.

Segundo De Boni (2010), esse fato se deu, sobretudo, após 1200. No século XII, com as transformações operadas na sociedade surge no Ocidente a tradução de obras clássicas, como a lógica aristotélica, o que possibilitou uma nova visão de mundo na qual se propunha uma concepção do conhecimento baseada na fusão das filosofias pagã e cristã como forma de saber.

A partir dessa nova concepção, muitos mestres passaram a buscar traduções e publicar obras a respeito de autores clássicos da antiguidade, atraindo, com isso, muitos alunos que estavam em busca de conhecimento racional. Foram esses alunos que deram início às primeiras universidades do século XIII. Desse modo, na origem delas encontram-se as associações entre alunos e mestres que se reuniam em favor do saber.

É nesse momento que duas grandes universidades surgem, as quais utilizaremos como referência, a de Bolonha e a de Paris. Essas duas universidades constituem-se em marcos nas artes e na medicina, apresentando-se como um lugar que tinha como finalidade desenvolvimento da ciência (VERGER, 1996).

Nesse sentido, ao pensarmos a universidade e as escolas como espaços de desenvolvimento científico, torna-se necessário refletirmos sobre a importância da docência, pois ela somente poderia alcançar esses êxitos se os professores assumissem seu papel como formadores sociais. Existia, na Idade Média, uma grande preocupação em relação ao papel do professor, pois ele deveria mostrar a excelência em seus trabalhos, sendo necessário que cumprisse ordens e regras para que semelhantes objetivos fossem atingidos. Era o início da ideia de ensino aliada à excelência (VERGER, 1996).

É necessário assinalar que, como observa Oliveira (2007), a universidade trouxe um novo espaço de construção e preservação dos saberes, constituindo um patrimônio histórico na medida que possibilitou um novo modo de agir dos homens a partir da universalização do conhecimento (OLIVEIRA, 2007).

Nesse sentido procuraremos tratar da importância das escolas e das universidades a fim de entendermos o papel desempenhado pelo docente no desenvolvimento científico e social humano.

2. O DESENVOLVIMENTO DAS ESCOLAS

Ao estudarmos a história da educação constatamos que, durante o século XII, verificou-se no Ocidente medieval um desenvolvimento social e urbano, fato que propiciou o aparecimento de espaços de ensino que culminaram no surgimento da Universidade.

Segundo Franco Junior (2001), entre os séculos XI e XII, houve um movimento de grande importância para a expansão territorial e populacional — as Cruzadas⁵. Com isso, ocorreu uma nova demanda social, associada ao aumento da procura de mercadorias para a sobrevivência e também a necessidade de mão de obra. A sociedade, que até então era dominada pela Igreja nos âmbitos culturais, político e econômico, principia a desenvolver um segmento urbano e mercantil, dando origem às cidades, às universidades, à literatura vernácula, à filosofia racionalista e à ciência empírica. Era, verdadeiramente, um novo momento para Idade Média.

⁵ Expedições militares empreendidas contra os inimigos da cristandade legitimada pela Igreja, as quais tinham como objetivo reconquistar para os cristãos lugares considerados Sagrados como o Santo Sepulcro, em Jerusalém, através da peregrinação dos católicos Europeus. (FRANCO JUNIOR, 1989, p.4).

Mas, aquelas transformações atingiram a própria essência do feudalismo - sociedade fortemente estratificada, fechada, agrária fragmentada politicamente, dominada culturalmente pela Igreja. De dentro dela, e em concorrência com ela, desenvolveu-se um segmento urbano mercantil, que buscava outros valores, que expressava e ao mesmo tempo acelerava as mudanças decorrentes das próprias estruturas feudais. Aquela sociedade passava da etapa “feudo- clerical” para o “feudo- burguesa”, [...] (FRANCO JUNIOR, 2001, p.17).

Com essas mudanças econômicas ocorridas no mundo ocidental presencia-se um despertar no âmbito cultural, pois, agora, essa nova sociedade buscava outros valores que não os dominados culturalmente pela Igreja. Há uma intenção e um despertar do segmento urbano e mercantil (FRANCO JUNIOR, 2001).

Neste sentido, para que as atividades urbanas, sobretudo no âmbito do comércio, ocorressem era necessário o conhecimento da matemática, geografia, astronomia e outros idiomas, para facilitar a interação com outras regiões para viabilizar as trocas (LE GOFF, 1991).

Franco Junior (2001) ainda assinala que esses acontecimentos conduziam as mudanças de cidades feudo-clericais para feudo-burguesas, as quais iniciavam-se com a sua organização, com a das escolas e, por fim, com a da Universidade, que tinha o conhecimento e o saber como algo relevante.

É importante salientar que, desde a queda do Império Romano Ocidental, a instrução ficou reservada à Igreja, pois, naquele momento, ela era o único canal de transmissão de cultura. Assim, as primeiras escolas foram abertas junto às catedrais e desta instituição surge a Universidade (DE BONI, 2002).

Essas escolas ligadas às entidades religiosas eram dependentes das catedrais ou dos mosteiros para sua manutenção e guiadas por um mestre em teologia. Este não tinha autonomia em relação ao seu funcionamento ou ao programa de ensino, pois tudo deveria ser aprovado antes pelos detentores do poder educacional, ou seja, pelos representantes da Igreja (VERGER, 1998).

É importante destacarmos que, em meados do século XI, existiam também algumas escolas privadas, herança dos carolíngios. Elas se encontravam na Itália — Bolonha, Pavia, Ravena — e se dedicavam ao ensino de arte notorial. Em Salerno, por sua vez, ensinava-se a medicina:

Por volta do século XI, a situação da escola do Ocidente era bastante medíocre, parca herança, desfiada durante dois séculos, dos esforços aliás limitados dos carolíngios. Existiam em Itália algumas escolas laicas, puramente privadas, de (arte notorial), (Pavia, Ravena e Bolonha) e de Medicina Salerno (VERGER, 1998, p.262).

Verger (1996) ainda nos informa que estas escolas seguiam o modelo de Alcuíno de York (735-804)⁶, que estabeleceu como padrão de ensino as artes liberais *Trivium*⁷ (lógica, gramática e retórica) e *Quadrivium* (aritmética, geometria, música e astronomia), além do ensino de teologia. Estas escolas eram caracterizadas como lugar de baixo nível de ensino, já que se ensinava com base apenas em textos que somente o mestre tinha acesso. Assim, era comum que, com a saída dos mestres, muitas escolas deixassem de existir (VERGER, 1998).

O autor nos leva a pensar que essas escolas acolhiam uma minoria e basicamente masculina da população. Para o restante da população, a educação restringia-se ao âmbito familiar, de forma prática, onde por muito tempo cavalheiros foram educados. Também havia formas educacionais para aqueles que trabalhavam na casa do patrão, práticas essas que não podem ser descartadas.

[...] Julgamos que a história da educação na Idade Média se resume a esta história da escola. As escolas medievais nunca acolheram mais que uma minoria (quase exclusivamente masculina do seu tempo). Relativamente todos os outros, a educação era portanto recebida num âmbito familiar, geralmente família numerosa (que foi durante muito tempo o local por excelência da educação do cavaleiro), na classe etária (nomeadamente, sem dúvida, nas comunidades rurais fortemente integradas), na aprendizagem principalmente, isto é na formação prática recebida de um mestre casa que não era residência familiar, em casa de patrão no que se refere ao jovem operário, na corte do príncipe relativamente ao pagem, em casa do cura ou do notário no que ao menino de coro se quotidiana do trabalho, são evidentemente difíceis de e desafiam sem dúvida um estudo histórico global. Mas não se pode ignorar a existência [...] A sua finalidade consistia em inculcar nos alunos um certo número de técnicas intelectuais e de conhecimentos úteis aos exercícios de suas atividades, o mais das vezes profissionais [...] (VERGER, 1998, p.262).

Essas observações são necessárias para entendermos que a educação medieval não teve início nas escolas. Era algo comum, de forma mais prática, realizada em outros ambientes. Foram as mudanças ocorridas nos espaços citadinos XII e XIII que deram impulso para um novo modo de escolarização, saber e conhecimento.

6 Alcuino de York foi um importante pensador e intelectual do século VIII e IX. Foi escolhido pelo imperador Carlos Magno (742-814) como instrutor dos filhos da corte, ou seja, aqueles que se tornariam governantes no período carolíngio. Sendo assim, é necessária a compreensão deste período para refletirmos sobre a proposta pedagógica do mestre e a importância do professor para a formação do mesmo (Oliveira; Craveiro; Oliveira 2018).

7 Las artes liberales aparecen como una tradición del pensamiento antiguo y son consideradas como los saberes seculares a los cuales excede la doctrina Cristiana. Sin embargo, no se observa por ello un desprecio; en realidad desea levantar una nueva Atenas, emular a la platónica, en la que, por cierto, encuentra muchos elementos de valor (RIVAS, 2004, p. 49).

Como nos informa o Abade Guilberto de Nogent, por volta de 1117, quando tinha sessenta e cinco anos de idade e também em sua juventude, havia poucos mestres. Eram encontrados em algumas cidades apenas e com um conhecimento limitado. Não poderiam, por conseguinte, comparar-se aos pequenos saberes clericais (VERGER, 1998).

Foi no século XII, com o desenvolvimento das traduções das obras clássicas, que, aliás, os mestres não tinham acesso, como as de Abelardo e Aristóteles, que propiciou o desenvolvimento intelectual medieval. Ressalte-se, inclusive, que a difusão das traduções coincidiu com o desenvolvimento da Universidade (DE BONI, 2010).

A universidade surge com novos métodos de ensino, distinto do que então vigorava. Trata-se de um estudo mais profundo e racional, assinalando-se, assim, a sua importância no desenvolvimento intelectual da Idade Média.

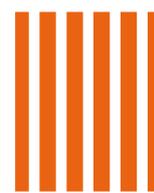
É importante destacarmos a diferença metodológica desta nova instituição de um ensino a qual levava à pesquisa: eram feitos por base das *quastiones* e *disputationes*, que os alunos interrogavam sobre qualquer assunto (DE BONI, 2002). É nesse sentido que a Universidade se torna uma importante instituição para a formação o desenvolvimento social e científico.

2.1 O DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE

No item anterior destacamos as transformações sociais e a importância do saber nos séculos XI e XII. É necessário assinalarmos que, por meio do desenvolvimento do comércio e das ideias mercantis, surge um novo modelo social ao qual o modelo de conhecimento existente não era adequado. Deste modo, manifesta-se a necessidade de uma nova forma de conhecimento para atender as demandas da nova sociedade.

É importante destacarmos que até o século XII eram as escolas, apesar do seu pouco desenvolvimento intelectual e científico, que cumpriam o papel de fornecer o conhecimento aos homens de então. Porém, a partir do século XII, com a extensão cidadina surgem novas exigências para a vida social, como o trabalho. Desse modo, torna-se necessário um novo modelo de homem e isto somente poderia acontecer por meio de uma diferente formação.

É importante pensarmos que o trabalho sempre fez parte da vida do homem medieval. Como aponta Oliveira (2012), os camponeses da primeira Idade Média viviam em aldeias, com seus instrumentos rudimentares. Era necessário que se unissem para sobreviverem aos possíveis ataques de animais ou de invasões de outros povos. Além disso dependiam das transformações da natureza



para sobreviverem e retirar seus alimentos, roupas e moradia. Os únicos instrumentos de trabalho que possuíam eram de madeira, cobre e ferro como: bacias, machados e machadinhas.

Não podemos, no entanto, considerar que os homens são constituídos apenas pelo trabalho material, pois, se assim fosse, não teríamos como formar sociedades, pois o trabalho intelectual é indispensável para transmissão da cultura e da civilidade. Desta forma, Oliveira (2012) apresenta que nesse período o trabalho dos monges foi essencial, pois, como copistas, difundiam o saber e o conhecimento. O copista, no mosteiro, difundia a palavra sagrada e a cultura através da escrita que era o seu único meio de comunicação.

Desta forma, podemos compreender que o trabalho do copista trouxe um bem social para humanidade, pois foi um meio de preservar a cultura e difundir o cristianismo e a importância da escrita (OLIVEIRA 2012).

No século XII e XIII, o trabalho material e intelectual tornou-se indispensável ao homem medieval. Com efeito, com o desenvolvimento do sistema feudal ocorreu um impulso à vida material. Como exemplo, a autora nos apresenta o mercador. Este, além de ler e escrever, deveria saber línguas estrangeiras para negociações, exigindo da escola uma nova forma de ensinar (OLIVEIRA, 2012).

Deste modo, a escola então existente já não servia como modelo de ensino, pois não garantia formas para que o homem agisse e sobrevivesse nesse novo espaço. Exigia-se um novo modo de pensar e agir e isso somente poderia ser assegurado por meio de um ensino que tivesse como base a expansão da ciência.

Um dos aspectos essenciais do grande progresso do Ocidente após o ano mil é o desenvolvimento urbano, que atinge o seu apogeu no século XIII. A cidade modifica o homem medieval. Restringe o seu círculo familiar, mas alarga a rede de comunidades em que ele participa; no centro das suas preocupações materiais, coloca o dinheiro, alarga os seus horizontes, propõe-lhes meios de se instruir e de se cultivar, proporciona-lhe um novo universo lúdico (LE GOFF, 1989, p.19)

Le Goff (1989) nos leva a pensar como este novo ambiente modifica o homem medieval. Ele é agora conhecido como cidadão ou burguês. Possuía privilégios como novos fundamentos econômicos e políticos denominado como juramento cívico e comunal. É importante observarmos que este dava os mesmos direitos aos iguais, estabelecendo-se, assim, a desigualdade pela posição social e econômica de cada indivíduo.

A cidade era um espaço que propiciava novos prazeres ao homem, como luxúria, novos modos de alimentação, lucros comerciais, dando-lhe, assim, a possibilidade de civilização e

urbanidade, termo usado a partir de 1350, e a oportunidade de um novo modo de educação (LE GOFF, 1989). Foi nesse ambiente que surge a Universidade.

A Universidade, segundo De Boni (2002), anuncia-se em alguns centros urbanos no século XII e surge, de fato, no seguinte. Esta instituição caracterizava-se como uma espécie de corporação entre mestres e alunos sendo que a produção do saber passou para o primeiro plano do interesse educacional. (DE BONI, 2002).

Desse modo, apoiando-nos em De Boni, percebe-se que a Universidade surge da ambição de novos textos, novos saberes, por meio da tradução de escritos que ainda não se tinha acesso, como já frisado. Esta instituição traz uma leitura diferente e uma nova concepção de saber, o que implicava na independência das leis eclesiásticas, assinalada por este autor:

A avalanche de textos filosóficos, entrados no Ocidente, nos séculos XII e XIII, abalou esta mundivivência, pois trazia consigo uma leitura diferente do mundo, em cujo bojo se encontrava também uma nova concepção de saber, a qual a seu modo, implicava independência ante as leis eclesiásticas. A crise, que se prenunciam no início do século XII, tomou corpo, como vimos, a partir de 1260 e passou a preocupar os teólogos parisienses [...] (DE BONNI, 2010, p.76).

Segundo Verger (1998), apesar do grande número de escolas que surgiram durante o século XII, somente algumas possuíam estrutura para se transformarem em Universidade: apenas as escolas que ofereciam *studium generale*⁸. Onde havia estudo geral, elas poderiam ser chamadas de Universidade. Já as de *studium particulare*, um estudo particular de um ofício, eram consideradas apenas como escolas.

O autor ainda ensina que as escolas do século XII eram consideradas estabelecimentos seculares, com níveis variáveis quase sempre elementares (leitura, canto, cômputo). Em apenas alguns centros eram oferecidos ensino de qualidade, com a implantação das artes liberais e a teologia. Este movimento atraiu alunos de outras regiões em busca de conhecimento. Era a universalização do conhecimento (VERGER, 1998).

Neste sentido, surgem muitos homens dedicados ao saber racional, ou seja, a buscar uma filosofia que não dependesse da fé, da revelação, atraindo, assim, alunos interessados em ouvir suas aulas. A nova designação dessas instituições indicava uma modalidade distinta de relação com o

⁸ *Trivium* e o *Quadrivium*, que juntos formam as sete artes liberais, constituem a base do currículo dos cursos introdutórios (*studium generale*) das faculdades de artes (principalmente filosofia), nas universidades medievais (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p.185).

saber, trazendo em si a marca de um novo momento na vida dos homens medievais (OLIVEIRA, 2005).

Essa autora observa, ainda, que a Universidade trouxe um novo modo de viver aos homens do saber. Estes, que até então viviam em mosteiros, procurando justificar a existência divina, passam a se preocupar com coisas ligadas ao mundo cotidiano.

Os homens do saber, que até então viveram em função dos mosteiros, das abadias, que viviam preocupados somente em justificar a existência divina, passam, a partir de então, a se preocuparem com as coisas terrenas, com um universo de questões vinculados ao seu mundo cotidiano. A Universidade cria, deste modo, a possibilidade, de os homens buscarem, por meio da razão, e não mais apenas por meio da religião, a explicação para as suas relações (OLIVEIRA, 2005, p.3).

Resoluções de tal ideia explicitam que, no século XII, os mestres viviam deslocando-se entre as cidades para expansão do saber, o que resultava em uma grande circulação de alunos entre as cidades em busca de conhecimento. Neste sentido muitas cidades ficaram conhecidas por abrigar grandes intelectuais, como por exemplo a França, onde deu origem à Universidade de Paris, uma referência no período medieval.

Verger (1998) assinala que a Universidade de Paris foi desenvolvida a partir da corporação de mestres de Teologia, os quais, desde o final do século XII, começaram a idealizar a emancipação das escolas.

É importante ressaltarmos que este processo não foi tranquilo, pois, de início, a autoridade régia, representada por Felipe Augusto, era a favor desta emancipação. Esta autoridade concedeu aos mestres e estudantes privilégios eclesiásticos. Contrário a estes ideais, o bispo e o chanceler de Notre Dame mostraram-se resistentes à emancipação das escolas, pois a Igreja acreditava que as disciplinas ministradas abarcavam conteúdos profanos. Somente a partir de Inocêncio II os papas passaram a aprovar o desenvolvimento das escolas e de uma nova teologia, acreditando ser uma maneira eficaz de impedir o desenvolvimento de heresias (VERGER, 1998).

Os mestres venceram graças à sua própria energia (recurso à dispersão voluntária das escolas) e ao apoio eficaz que o papado lhes deu a partir de Inocêncio III. Os papas aprovaram efetivamente o desenvolvimento da nova teologia, que lhes parecia essencial para lutar contra a heresia, enquanto que os cónegos de Notre-Dame eram defensores da teologia tradicional. Por outro lado, os papas viam na universidade um instrumento possível ao serviço de sua política, já iniciada, de centralização da Igreja. A luta durou mais de vinte anos (VERGER, 1998, p. 269)

Desta forma, é possível assinalarmos que, no final do século XII, existia o desejo de liberdade intelectual e institucional de mestres e alunos e a vontade da Igreja em manter a sua autoridade, causando grandes enfrentamentos.

A partir de 1215, o legado pontifical promulgou os estatutos que a universidade tinha aprovado para uso próprio. Já em 1231, foram confirmados privilégios e liberdades da universidade parisiense por meio da bula *Parens Scientiarum* e que garantiram aos doutores de Paris autonomia e, ao mesmo tempo, privilégios eclesiásticos, formando, então, uma corporação: a *universitas magistrorum et scholarium Parisiensium*. (VERGER, 1998).

Partindo desta intensa luta, os professores passaram a unir-se de acordo com cada disciplina, formando faculdades, o que resultou no desenvolvimento das universidades, tornando Paris um importante centro de artes e teologia. Foi nesses anos e durante essas lutas que se veem sucessivamente surgirem as instituições que constituíram pouco a pouco a universidade (VERGER, 1998).

Em relação à Bolonha, o autor indica que o desenvolvimento foi diferente do de Paris. No fim século XII e início do seguinte, os estudantes passaram a unir-se, possibilitando o desenvolvimento de duas universidades de Direito, uma dos italianos (Citramontanos) e outra dos não italianos (Ultramontanos) como apresenta Verger:

[...] Cedendo à pressão das autoridades comunais, os mestres das escolas de direito renunciaram em organizar-se numa corporação. Foram por consequência os próprios estudantes que se reuniram em <nações> e em <universidades>. Existiram finalmente duas universidades de direito [...] (VERGER, 1998, p.270).

Em outras palavras, podemos apontar que a Universidade de Bolonha foi desenvolvida a partir da união dos estudantes que se reuniam em busca de conhecimento.

As universidades eram representadas por um reitor eleito a cada dois anos, que trabalhava juntamente com um corpo de conselheiros, formando um comité restrito. Eram responsáveis em contratar mestres para atuarem nessas instituições. É importante ressaltarmos que tanto Paris como Bolonha, apesar de existir um corpo institucional no que diz respeito à organização, o papado também interferia nas decisões. Entre elas podemos destacar que, em 1219, o arcebispo de Bolonha deveria presidir a colação de grau, propondo, assim, a tentativa de poder eclesiástico dentro da universidade laica (VERGER, 1996).

Juntamente com as universidades o autor aponta o surgimento da autonomia de novas autoridades que pretendiam controlar o recrutamento das escolas, pois, no século XIII, os bispos já não tinham completo poder sobre as universidades. Elas já possuíam certa autonomia.

A primeira impressão que as universidades medievais podem dar, é de meios fortemente integrados. Com seus bairros e ruas, o seu calendário ritmado pela sucessão de cursos, das disputas, das cerimônias universitárias e das atividades religiosas e das férias, as suas atividades confraternais de assistências mútua, as universidades pareciam um mundo à parte cujo membros, esquecendo a diversidade das suas origens, formavam uma comunidade unida por um estatuto jurídico privilegiado [...] (VERGER, 1998, p.278).

A universidade passa a ser uma instituição muito importante para a sociedade, pois, até então, o único contato que os cristãos tinham com o saber e a cultura era por meio das bibliotecas dos mosteiros, como a do *Mosteiro de Saint Gallen*. Também existiam bibliotecas como as organizadas por Alcuíno de York, com vasta quantidade de manuscritos de pensadores como: Agostinho, Ambrósio, Gregório Matos, Boécio entre outros. Segundo De Boni (2010), estas bibliotecas eram direcionadas à formação de nobres ou de eclesiásticos.

Há uma possibilidade de que os medievais não tivessem consciência do quão grande era o progresso científico que estavam desenvolvendo na pesquisa medieval. A Universidade torna-se um laboratório do saber “[...] era uma refinação técnica, pois era necessário conhecer a lógica para fazer teologia” (DE BONI, 2002).

Neste sentido, a Igreja passa a preocupar-se com as novas demandas de conhecimento, pois ler e escrever já não era suficiente. Era preciso respostas para argumentar com os “hereges”, os quais divulgavam o conhecimento. Já havia Mestres como Tomás de Aquino que discutiam o valor científico teológico, o que poderia enfraquecer o poder da Igreja.

A Igreja, como uma das principais instituições de então, passa a preocupar-se mais com a educação, pois se tornava necessário preparar o clero e os monges para a atual sociedade, de forma que o ensino fosse capaz de questionar e argumentar sobre as questões sociais.

Da parte da Igreja, intensificou-se a preocupação com as escolas: toda catedral e todo mosteiro deviam possuir a sua, pois era preciso preparar o clero e os monges para a nova situação. No passado não houvera cuidado com a qualidade: aprender a ler, a escrever e a calcular (DE BONI, 2002, p.21).

Assim, esse autor afirma que, ao perceber a necessidade de uma nova formação clerical para atender a demanda social, passa a ser estipulado que nas catedrais e nos mosteiros deveria ter um local de estudo, com o intuito de preparação do clero para conviverem com as mudanças sociais que estavam ocorrendo. Não se tratava mais de um projeto de alfabetização e de educação de massas, mas da formação de uma elite esclarecida.

Com o desenvolvimento da Universidade, Igreja e a sociedade passam a reconhecê-la como meio de desenvolvimento social. Por meio da mesma formavam-se canonistas, teólogos e juristas, formados pelo direito romano, o que propiciava a luta contra as estruturas feudais, além de promover prestígio e desenvolvimento social à cidade na qual estava instaurada (VERGER, 1996).

Ao longo dos séculos XII e XIII aparecem várias instituições voluntárias, porém, é importante ressaltarmos que nem todas obtiveram êxito. Em 1300 havia cerca de quinze universidades europeias constituídas, mas, Bolonha e Paris não perderam seu prestígio.

Desta forma, é possível afirmar que a universidade medieval do século do XIII tinha como objetivo a disseminação do conhecimento, ou seja, a partir das traduções de obras clássicas os professores e alunos tinham como meta o conhecimento mais racional. Sendo assim, torna-se necessário entendermos quem eram os membros desta universidade e como a mesma era constituída.

3. OS PROFESSORES DO SÉCULO XIII

Quando estudamos a Universidade medieval do século XIII, torna-se impossível não falarmos dos professores deste sistema. Tratando-se de uma instituição desenvolvida para o ensino, devemos considerar que ela necessitava de um indivíduo que tivesse conhecimento para ensinar seus alunos. Neste sentido nos remetemos à seguinte questão: quem eram estes professores? Quais eram as suas principais funções? Eram elas semelhantes às dos professores atuais? Em que medida estas acarretavam o desenvolvimento da ciência?

Segundo Verger, a função docente é considerada uma função antiga, anterior mesmo ao surgimento das universidades. Esta deveria apresentar-se como uma profissão a qual o indivíduo deve possuir excelência sobre aquilo que se dispõe a ensinar. Na Idade Média, esta excelência era um aspecto de grande ênfase no meio educacional, pois a docência era vista como uma atividade autêntica, uma profissão que possuía estatutos que designavam as principais funções dos professores, sendo a mais importante à responsabilidade sobre o avanço intelectual do aluno.

A função docente, é obviamente, muito mais antiga do que as universidades medievais, como sugere o uso de palavras-chaves tiradas do latim clássico, magister (mestre), docente (doutor) e professor (professor) Embora estes três termos não fossem usados indiscriminadamente, começaram por ter um significado semelhante com a ideia de ensino aliada à de excelência num determinado domínio. Era este segundo aspecto que, de facto, se dava maior ênfase na Idade Média (VERGER, 1996, p.144).

Ser professor na Idade Média significava mais do que lecionar. Em outras palavras, não se restringia às funções pedagógicas. Um mestre ou doutor poderia lecionar, mas não necessariamente deveria exercer esse papel. O título significava que o mesmo era detentor de um determinado conhecimento. Assim, poderia não apenas lecionar, mas ocupar postos nos quais os intelectuais da idade média poderiam atuar. Esse título dava ao detentor uma dignidade social autêntica, podendo participar de grupos sociais da nobreza e de privilegiados (VERGER, 1996, p.144). O título de mestre era bastante concorrido antes mesmo do século XII, dando autonomia para seu detentor abrir escolas e locais para o ensino

É importante destacarmos que, nos séculos XII e XIII, por meio do desenvolvimento da Universidade, surge um novo modelo de discussão filosófica definido por um método denominado Escolástica (MARTINES, 2019).

Segundo Oliveira (2013), a Escolástica é uma criação do mundo Medieval. Foi um modo dos homens responderem às questões de seu tempo, de explicar sua existência. Era um estudo que ligava a vida e as ações dos homens, criando uma nova forma de fazer ciência. Foram os mestres os grandes responsáveis por isso.

A escolástica, como apresentada por Grabmann (1949), era fundamentada na *quaestio*, um método utilizado nas grandes discussões entre os intelectuais do século XII, baseado em uma especulação filosófico teológico.

Este método foi difundido inicialmente no século XII, nas escolas da Idade Média e, posteriormente, expandido nos conventos, nas escolas das catedrais e, depois, na Universidade. Foi utilizado nas formulações de grandes mestres como Tomás de Aquino e Alberto Magno⁹.

Como ciencia de las escuelas el pensamiento filosofico de la Edad Media se formo primero en las escuelas de las catedrales y de los conventos, despues en las Universidades. El desarrollo de la ensenanza desde las escuelas catedralicias y conventuales a los centros cientificos de las Universidades, del studium generale, fue de poderoso influjo para la evolucion de la Escolastica (Grabmann, 1949, p.16).

O ensino baseado na Escolástica era fundamentado na *lectio* e na *disputatio*. Inicialmente, era feita a leitura de livros considerados base da discussão. Como exemplo, na teologia, Pedro

⁹ Alberto Magno (1200-1280), filósofo dominicano do século XIII., que desenvolveu obras a respeito das virtudes e do intelecto humano (RASCHETTI, 2017).

Lombardo; na filosofia, usava-se muito Aristóteles, Boécio e os livros pseudo-aristotélicos. Nessa parte apenas os professores poderiam falar. Após essa exposição, usava-se uma técnica que desenvolvia problemas na forma de questões e iniciava-se disputa entre uma dissertação e outra dissertação. Este método proporcionava novas formulações e novos conhecimentos filosóficos-teológicos, produzindo ciência (GRABMANN, 1949).

Esse modo de fazer ciência tinha como objetivo orientar os homens em suas ações tendo a filosofia e a teologia como intermediárias. Desse modo proporcionou que alguns intelectuais se destacassem a respeito dessa discussão, ou seja, é na Universidade que pensadores como Tomás de Aquino iniciam suas formulações a respeito da razão e da fé com o objetivo de guiar as ações dos homens deste período.

Tomás de Aquino (1225-1274), aluno do Mestre Alberto Magno (1200-1280) ¹⁰ na Universidade de Paris, buscou em seus escritos tratar do modo do homem viver para garantir o bem comum, escrevendo sobre a formação moral do homem, o que refletiria no bem da sociedade como um todo.

O mestre de Aquino, na obra *Suma Teológica*, na questão 55 “A respeito da Virtude”, influenciado pelos ideais aristotélicos, desenvolveu sua teoria a respeito da formação humana e apresentou a virtude como essencial à garantia da vida humana.

A virtude designa uma certa perfeição da potência. Ora, a perfeição de um ser é principalmente considerada em relação ao seu fim. Ora, o fim da potência é o ato. Por onde, consideramos perfeita a potência na medida em que é determinada para o seu ato. Ora, há certas potências que, em si mesmas, se determinam para os seus atos; tais as potências naturais ativas; e por isso, estas se chamam em si mesmas virtudes. Porém as potências racionais, próprias do homem, não são determinadas a uma só operação, mas, são indeterminadas e relativas a muitas. Ora, elas determinam-se aos atos pelos hábitos, como do sobredito resulta; logo, as virtudes humanas são hábitos (TOMÁS DE AQUINO, *Suma Teológica*, q, 55. Art. I. Solução).

Tomás de Aquino nos leva a entender que a virtude é uma potência perfeita, a qual conduz a um fim que garanta o bem. Ser prudente para o autor é agir de forma a garantir o melhor fim de suas ações “[...] O prudente é assim chamado porque é como aquele que vê ao longe” (Tomás de Aquino, *Suma de Teologia*, Q. 49, a.6)

É importante destacarmos que é definida como um hábito de bem agir e que essas não nascem do homem, mas adquiridas por meio do estudo.

Segundo Oliveira (2007), o Aquinate aponta que o comportamento prudente só pode acontecer quando o mesmo advém da reta razão e, por isso, necessita do conhecimento do presente e do passado, por meio da memória e do intelecto.

Desse modo vemos a importância do mestre no século XIII para a formação social e humana do indivíduo. Cabe-nos, porém, a seguinte questão: como os professores eram escolhidos?

Nas universidades, segundo Verger (1996), os professores eram escolhidos a partir de assembleias, como o caso de Paris, onde os mais velhos escolhiam os novos membros. Outra forma de seleção seria por meio de contratos entre o professor e a universidade ou a autoridade externa, que era protetora da instituição (sendo a cidade ou um príncipe). Este contrato estipulava o salário do professor e as regras da instituição, estipulando os deveres dos docentes também.

[...] Em primeiro lugar por meio de cooptação pelos professores que já detinham posições, através das assembleias das faculdades (como Paris), das congregações gerais dos mestres da universidade (como Oxford) ou do colégio de doutores (Avinhão). Em segundo lugar, por meio de um contrato estabelecido entre o candidato, por um lado e a própria universidade ou uma autoridade externa (uma cidade ou um príncipe) (VERGER, 1996. 147).

Este sistema contratual foi estipulado inicialmente na Itália, espalhando-se até a França e a Espanha. Em Bolonha, no século XIII, eram as universidades dos estudantes (visto que eram os estudantes que se uniram e deram início à universidade) que elegiam os professores e estabeleciam o contrato com eles.

Partindo da ideia de um mestre detentor do conhecimento, é necessário entendermos qual a formação deste professor. Segundo Verger (1996), não era fácil alcançar o grau de conclusão. Era preciso dedicação de tempo e custos. Estas faculdades realizavam uma seleção rigorosa em relação às faculdades superiores. Assim, aponta-se que apenas de três a quatro alunos conseguiam o diploma de bacharel e apenas um de cada dez alcançava o grau de mestre. Há, porém, relatos de alunos com poder aquisitivo alto que compravam diplomas (VERGER, 1996).

Para tornar-se mestre ou doutor, exigia-se passar por um exame público o qual se parecia com uma cerimônia realizada na igreja com orações, discursos e outorga.

O exame público de que resultava a nomeação de uma pessoa como mestre ou doutor, não apresentava quaisquer dificuldades especiais e não havia qualquer hipótese de reprovar. [...] o significado deste exame público, era perfeitamente claro, era simplesmente, uma exibição da competência que o exame prévio e a concessão *licentia* tinham garantido (VERGER, 1996, p. 145).

Neste exame, era necessário que o aluno demonstrasse por meio de debates e disputas com estudantes seus conhecimentos. Este debate era realizado, porém, sobre um tema que o mesmo escolhia, ou seja, era apenas um momento de exibição de seus conhecimentos à sociedade, uma forma de demonstrar que estava preparado para atuar na profissão docente como mestre universitário. Na faculdade de artes era comum trabalhar com grau de mestre. Já no direito e na teologia era preciso o doutoramento. No que diz respeito à teologia e à medicina há uma variação de títulos.

O autor apresenta ainda que, quando se adquiria o título de mestre nas faculdades de Artes, em Paris ou Oxford, havia a exigência de que servisse durante dois anos como regulares obrigatórios. Esta proposta tinha o intuito de garantir a renovação docente. Os mestres regulares não eram, no entanto, favoráveis a este tipo de regência obrigatória, pois tinham interesse em restringir o número de escolas e as cadeiras. Neste sentido, em 1452, esta ideia de regência obrigatória desaparece dos estatutos da Universidade de Paris (VERGER, 1996).

Segundo Verger (1996), as regras variavam de acordo com as universidades e faculdades, porém uma das mais importantes era a obrigação de leitura que professor regente tinha. Neste sentido, ao assumir a função, ele deveria se comprometer com a leitura diária, em média cento e trinta a cento e cinquenta dias letivos.

Apesar do mesmo professor se manter por mais de um ano na mesma disciplina, era extremamente proibido que usasse a mesma aula no ano posterior. Quando acreditava que a sua aula era de extrema importância, deveria apresentar e redigir para que todos os alunos tivessem acesso, como uma espécie de livretos.

Para poder dar lições e realizar disputas, cada professor tinha de ter exemplares dos livros essenciais na sua biblioteca pessoal. Além disso, ele tinha de dedicar um certo período de tempo à preparação do seu trabalho, mesmo que lecionasse o mesmo curso todos os anos, visto que os estatutos proibiam -pelo menos em teoria- que ditasse um curso previamente escrito na totalidade (VERGER, 1996, p. 154).

Além das funções docentes, o professor poderia se inscrever para ocupação de cargos como reitor universitário e decano. Estes serviços universitários garantiam ao indivíduo certo prestígio pessoal, porém, era necessário comprometimento total para o exercício de tais cargos. Estes funcionários deveriam estar sempre presentes, mantendo a contabilidade e arquivos universitários em dia, além de representar a universidade diariamente em tudo que fosse necessário.

Estas obrigações não eram iguais para todos. Para os juristas e para os doutores de Medicina, o fundamental eram as leituras. Os Mestres de Artes, por se dirigirem a alunos mais jovens, combinavam as leituras com as repetições. Por outro lado, os mestres de Teologia, muito provavelmente tinham tendências para dar maior importância às disputas do que às leituras, uma grande parte das quais – na verdade; praticamente todas – deixavam nas mãos dos bacharéis, dos *Sententiani* e dos *bibliici*. Estes tinham por tarefa dar aos estudantes conhecimentos básicos (VERGER, 1996, p. 154).

É importante ressaltarmos a importância que a Idade Média dava à preparação destes professores. Para os juristas e doutores de medicina o foco principal era a leitura. Já os mestres de teologia davam grande importância à disputa, sendo assim deixavam para os alunos duas importantes leituras “[...] relativos a dois textos básicos: as Sentenças de Pedro Lombardo e a Sagrada Escritura [...]” (VERGER, 1996, p. 155), pois, para os mestres, essas obras davam conhecimentos necessários aos alunos para o enfrentamento dos grandes debates escolásticos.

Além de propiciar o desenvolvimento intelectual de cada indivíduo, o professor do século XIII tinha também responsabilidade sobre a conduta de seus alunos, sendo um espelho de comportamento moral. Como apontado no estatuto, era o responsável em divulgar qual aluno estava pronto a desenvolver-se para outro grau na universidade como a obtenção de títulos acadêmicos. Além das atribuições acerca do conhecimento, o mestre deveria ter uma responsabilidade sobre a conduta de seus alunos.

Segundo Verger (1996), não eram todos os professores que certamente cumpriam de modo correto tais atribuições. Com isso, cabia aos alunos, em especial em Bolonha, denunciar os professores que não cumprissem tais estatutos, ocasionando até penalidades.

Os mestres em geral tinham a preocupação em mostrarem-se comprometidos com o conhecimento, pois, quando não desempenhavam o seu papel, suscitavam comentários entre os alunos, levando alguns a mudarem-se de escola em busca de mestres mais eruditos. Além disso, a preocupação de seguir o programa e propiciar o conhecimento era presente, pois os alunos não ficavam apenas vinculados a uma universidade, mas realizavam disputas entre escolas e se apresentavam perante o júri.

Os estudantes nunca ficavam trancados nas escolas, sem contato com o mundo exterior. Sempre que se realizava uma disputa, todos os bacharéis de uma determinada faculdade se reuniam, alternadamente, em cada uma das escolas. Também os exames se realizavam na presença de júris de que participavam todos ou uma parte dos mestres da faculdade. Por isso nenhum mestre era livre de fazer o que quisesse na sua escola principalmente porque os estatutos vinculavam a programas de estudos, horários e métodos específicos (VERGER, 1996, p. 157).

Neste sentido, torna-se claro que na universidade os professores deveriam manterem-se comprometidos em produzir ciência. Eram cobrados em relação ao comprometimento com o desenvolvimento intelectual de seus alunos. Era sua responsabilidade garantir que os indivíduos alcançassem outros níveis de desenvolvimento intelectual para buscarem novos títulos.

4. CONCLUSÃO

Neste sentido, ao pensarmos em que medida surgem as Universidades do século XIII, podemos afirmar que foram criadas com o intuito de desenvolver o conhecimento, ou seja, a instituição de ensino tinha como objetivo levar os alunos ao desenvolvimento das suas potencialidades intelectivas. Em outras palavras, era papel desta levar o aluno a pensar na fusão da filosofia pagã com a cristã para a construção do conhecimento racional e lógico.

Assim, para que o aluno se apropriasse do saber, era imprescindível que houvesse um professor preparado que o ajudasse a desenvolver seu potencial intelectual. Neste sentido, a grande preocupação do século XIII era a preparação intelectual do professor e a necessidade deste assumir suas responsabilidades profissionais.

Segundo Verger (1996), neste período os professores, além de ensinar, deveriam prestar contas sobre o desenvolvimento de seus alunos e apresentar-se socialmente como exemplo moral aos discentes. Mas por que o professor atual não assume semelhante função?

De acordo com Tomás de Aquino (1998), apenas alguns profissionais da educação ainda questionam acerca da importância da escolarização nos dias atuais, tornando a escola um lugar sem importância social e cientificamente. Deste modo, estes profissionais, em sua grande maioria, ao se depararem com o insucesso escolar apontam os alunos como os grandes responsáveis de tal situação, esquecendo a importância e o encargo da sua profissão.

Desse modo, o professor precisa assumir sua responsabilidade social, entendendo que é seu papel ensinar independente da 'limitação' de cada aluno, pois ele deveria e deve estar preparado pedagogicamente para ensinar a todos eles.

Ao apresentarmos a postura docente como pressuposto do desenvolvimento da sociedade e da ciência torna-se necessário repensarmos o papel da Universidade. Segundo Aquino (1998), os dados sobre a situação da educação brasileira atual têm mostrado que há algo errado não só com o

trabalho pedagógico, mas também com o lugar que as instituições de ensino têm ocupado nessa sociedade.

Esse é um dado alarmante que tem chamado a atenção de muitos, desde a esfera governamental até a do cidadão comum, passando pelos profissionais da educação. Poder-se ia dizer, inclusive, que há uma espécie de “mal-estar” pairando sobre a escola e o trabalho do professor hoje em dia. A própria imagem social da escola parece estar em xeque de tal maneira que os profissionais da área acabam acometidos, por exemplo, de uma espécie de falta aguda de credibilidade profissional (AQUINO, 1998, p.182).

É necessário, portanto, repensarmos a necessidade de os docentes assumirem seu papel e sua responsabilidade em sala de aula, pois, quando não há a preocupação em transmitir e desenvolver o conhecimento, também não há como desenvolver a cidadania e a ciência.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. **A Indisciplina e a Escola Atual**. R. *Fac. Educ.* São Paulo, v.24, n.2, p.181-204, 1998.

ALBERTO MAGNO. **Tratado sobre a prudência**. Tradução Matteo Raschiatti. São Paulo: Paulus Editora, 2017. Coleção Filosofia medieval.

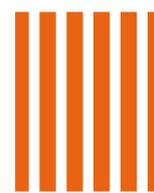
DE BONI, L. Alberto. **A entrada de Aristoteles no Ocidente Medieval**. Porto Alegre: EST, 2010, p.57-131.

DE BONI, L. A. A universidade Medieval Saber e poder. In: OLIVEIRA, T. (Org). **Luzes sobre a Idade Média**. Maringá: Eduem, 2002.

CHAUVEAU, A. **Questões da História do Presente**. Bauru: Edusc, 1999.

GRABMANN, Martin. **Filosofia Medieval**. Barcelona-Buenos Aires: Editorial Labro S.A., 1949.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do ocidente*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.



FRANCO JÚNIOR, Hilário. **As cruzadas**. 6. ed. rev. e ampl. -- São Paulo: Brasiliense, 1989.

LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LE GOFF, Jacques. **Mercadores e Banqueiros na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARTINES, Paulo. R. **O exercício da lectio na tradição medieval**. *Lecturis saltem. Acta Scientiarum. Education*, v.41, e46791,2019.

OLIVEIRA, Bruna C.; CRAVEIRO, Larissa M.C., OLIVEIRA, Terezinha. **A proposta pedagógica de Alcuíno**: considerações sobre o papel do professor na formação do governante. Disponível em: <<http://www.eaic.uem.br/eaic2018/anais/artigos/3040.pdf>>. Acesso em: 20/08/2020.

OLIVEIRA, Terezinha. **As universidades na Idade Média (séc. XIII)**. São Paulo; Porto: Mandruvá, 2005.

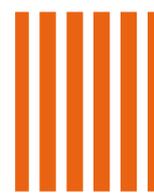
OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.113-129, Jan/Jun 2007

OLIVEIRA, Terezinha. Considerações Sobre o Trabalho na Idade Média: Intelectuais Medievais e Historiografia. *Revista de História*, São Paulo, n.166, p.109-128, jan/jun. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/48491>>. Acesso em: 29/04/2020

RIVAS, R. Alcuíno de York. In: **Obras morales**. Espanha: Eunasa, 2004.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica**. Petrópolis. São Paulo: Paulus, 2001

VERGER, J. Os professores. In: RÜEGG (Coord.). **Uma História da Universidade na Europa**. Lisboa: Casa da Moeda, 1996, v. I., p. 143-167.



VERGER, J. Universidades e Escolas Medievais do final do século XV. HILARI, G. Vial, J. Dir. História mundial da educação. V.1-. Porto (Portugal), p, 261-288, 1998.